



Página -1-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

Vistos e examinados estes autos de **Recuperação Judicial com Pedido de Tutela de Urgência**, registrados sob o nº 0011331-18.2018.8.16.0069, em que é requerente **I. PINHELI & E. VIAN FERRAGENS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – ME (CIA FERRO)**.

Aduz a requerente como razões de seu pleito, em breve síntese: **(i)** que atua no segmento siderúrgico, tendo iniciado suas atividades no ano de 2006; **(ii)** que de maneira modesta, iniciou suas atividades com apenas cinco funcionários e dois caminhões, sendo que com o passar dos anos e os investimentos em novas tecnologias e a especialização no comércio de ferro para a construção civil, cresceu de forma consistente, contando atualmente com nove colaboradores e quatro caminhões, sendo uma referência no setor siderúrgico de Cianorte e região; **(iii)** que *“(...) mesmo com expressivo faturamento, a crise econômica nacional, em especial a que assolou e ainda assola o segmento da construção civil, foi capaz de provocar forte retração nas vendas e, por conseguinte, nos resultados da empresa.”*; **(iv)** que esgotou todas as alternativas extrajudiciais para adequar custos e otimizar resultados, não restando outra alternativa à empresa que não se valer do instituto da recuperação judicial para superar o cenário desfavorável; **(v)** que o endividamento da postulante junto às instituições financeiras, fornecedores e trabalhadores corresponde atualmente a aproximadamente R\$ 5.608.908,41 (cinco milhões, seiscentos e oito mil, novecentos e oito reais e quarenta e um centavos); e **(vi)** que não obstante o considerável montante, a empresa é plenamente viável economicamente.

Em razão do sucintamente narrado, pleiteia o deferimento do processamento da recuperação judicial, bem como pugna pela concessão da tutela de urgência para o fim de: **a)** determinar a permanência dos veículos e maquinários em geral sob a posse da postulante, durante toda a vigência do plano de recuperação judicial; **b)** determinar que as instituições financeiras credoras - Agência de Fomento do Paraná S.A, Banco Bradesco S.A, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Banco Santander S.A, Caixa Econômica Federal e Banco Sicoob Metropolitano - se abstenham de proceder qualquer ato de retenção ou bloqueio de valores nas contas bancárias da empresa; **c)** determinar às concessionárias de serviços essenciais que se



Página -2-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

abstenham de suspender os serviços de água e energia elétrica; e **d)** suspensão de protestos referentes às obrigações lançadas no rol de credores indicado nos autos.

É o essencial a ser relatado. DECIDO.

Da Competência

Segundo dispõe o artigo 3º, da LFRE (Lei de Falência e Recuperação Judicial de Empresas), o Juízo competente para processar e julgar o pedido de recuperação judicial é o do “local do principal estabelecimento do devedor”.

Considera-se “principal estabelecimento” o local onde o devedor concentra o maior volume de negócios.

Neste sentido é o Enunciado 465, do CJF:

“Para fins do Direito Falimentar, o local principal estabelecimento é aquele de onde partem as decisões empresariais, e não necessariamente a sede indicada no Registro Público.”

No caso destes autos, não há dúvidas que o maior volume de negócios da sociedade empresária em crise econômico-financeira é realizado nessa Comarca de Cianorte, portanto, não há dúvidas quanto à competência deste Juízo para processar o pedido de recuperação judicial.

Do Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial

O instituto da recuperação judicial substituiu a figura obsoleta da concordata.

A recuperação judicial é o procedimento judicial que tem por objetivo auxiliar o empresário ou a sociedade empresária a superar a crise econômica e





Página -3-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

financeira, com o fim de evitar a falência e o encerramento de suas atividades (princípio da preservação da empresa), pois a atividade empresária, além de contribuir para o desenvolvimento tecnológico do país é fonte de emprego e renda (função social da empresa).

Conforme se extrai do disposto no artigo 47, da LFRE, somente será deferido o processamento da recuperação judicial aos empresários ou sociedades empresárias que demonstrem que sejam economicamente viáveis e que podem superar a situação de crise econômica e financeira que esteja enfrentando.

“Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.”

Sobre a viabilidade econômica para o deferimento do processamento da recuperação judicial, explica Fábio Ulhoa Coelho:

“Como é a sociedade brasileira como um todo que arca, em última instância, com os custos da recuperação das empresas, é necessário que o Judiciário seja criterioso ao definir quais merecem ser recuperadas. Não se pode erigir a recuperação das empresas em um valor absoluto. Não é qualquer empresa que deve ser salva a qualquer custo. Na maioria dos casos, se a crise não encontrou uma solução de mercado, o melhor para todos é a falência, com a realocação em outras atividades econômicas produtivas dos recursos materiais e humanos anteriormente empregados na da falida.

Em outros termos, somente as empresas viáveis devem ser objeto de recuperação judicial (ou mesmo a extrajudicial). Para que se justifique o sacrifício da sociedade brasileira presente, em maior ou menor extensão, em qualquer recuperação de empresa não derivada de solução de mercado, o empresário que a postula deve se mostrar digno do benefício. Deve mostrar,





Página -4-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

em outras palavras, que tem condições de devolver à sociedade brasileira, se e quando recuperado, pelo menos em parte o sacrifício feito para salvá-la.

O exame da viabilidade deve ser feito, pelo Judiciário, em função de vetores como a importância social, a mão de obra e tecnologia empregadas, o volume do ativo e passivo, o tempo de existência da empresa e seu porte econômico.”¹

Na hipótese dos autos, verifica-se que a empresa requerente tem condições de superar a crise econômica que está enfrentando, sobretudo em virtude da expectativa de retomada da construção civil para o ano de 2019² e, de consequência, aquecimento do comércio de materiais de construção, entre eles, os produtos comercializados pela postulante, de modo que não há óbice para o processamento do pedido recuperacional.

De acordo com o artigo 48, da LFRE, somente será deferido o processamento da recuperação judicial se a empresa comprovar que exerce suas atividades regularmente a mais de 02 (dois) anos; não ser falido e, se foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes; não ter, há menos de 05 (cinco) anos, se beneficiado da recuperação judicial; não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por crime falimentar.

Tais pressupostos estão devidamente preenchidos, tendo em vista que a autora está regularmente constituída e em atividade desde o ano de 2012, bem como ficou demonstrado pelas certidões negativas e positivas com efeito de negativas acostadas nos mov. 1.11-1.20, que a requerente não foi beneficiada pela recuperação

¹COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial: direito de empresa – 26. ed.** – São Paulo: Saraiva, 2014.

² https://www.aecweb.com.br/cont/n/para-sindusconsp-retomada-da-construcao-so-acontece-em-2019_15782

<https://cbncuritiba.com/setor-da-construcao-civil-esta-otimista-com-projecao-de-crescimento-partir-de-2019/>

http://www.acobrasil.org.br/site2015/noticias_setor.asp





Página -5-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

judicial nos últimos cinco anos, tampouco teve a sua falência decretada ou seu sócio administrador condenado por crime falimentar.

A petição inicial da recuperação judicial em análise, encontra-se de acordo com artigo 51, da LFRE.

Isso porque as causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira estão devidamente esclarecidas na petição inicial, tendo como fator principal a grande crise econômica que assola o país, a qual atingiu diretamente o setor siderúrgico – o que é notório -, fato que acarretou na diminuição drástica do seu faturamento anual.

Foram acostados aos autos os balanços patrimoniais dos últimos 03 (três) anos (mov. 1.21-1.23); relação completa de credores (mov. 1.31-1.35); relação de empregados (mov. 1.31), Certidão de Regularidade do Registro Público de Empresas (mov. 1.10); relação dos bens particulares dos sócios controladores (mov. 1.37 e mov. 1.39); extratos atualizados das contas bancárias e aplicações financeiras de qualquer modalidade (mov. 1.42-1.46); certidão do cartório de protesto situado na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial (mov. 1.47); relação as de todas as ações judiciais em que este figure como parte (mov. 1.48).

Isto posto, tendo a requerente demonstrado os requisitos dos artigos 48 e 51, da LFRE, **defiro o processamento da recuperação judicial.**

Da Formação do Juízo Universal da Recuperação Judicial – Suspensão das Ações e Execuções

Com o deferimento do processamento da recuperação judicial há a formação do Juízo universal da recuperação, com a consequente suspensão das ações e execuções em trâmite contra a empresa em recuperação, excetuadas as causas trabalhistas e fiscais (artigos 6º e 52, III, da LFRE).

O prazo de suspensão será de 180 (cento e oitenta) contados da data do deferimento do processamento da recuperação, sendo este prazo improrrogável, restabelecendo-se, após o seu decurso, o direito dos credores de iniciar ou continuar





Página -6-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial (art. 6º, § 4º, da LFRE).

Nesse ponto, consigne-se que embora em outras oportunidades tenha este Juízo adotado o entendimento de que o prazo em questão, por possuir natureza material, deveria ser contado em dias úteis, alinhando-me ao recente posicionamento do Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto, passo a considerar a contagem do prazo em **dias corridos**.

Por oportuno:

"RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADVENTO DO CPC/2015. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA. FORMA DE CONTAGEM DE PRAZOS NO MICROSSISTEMA DA LEI DE 11.101/2005. CÔMPUTO EM DIAS CORRIDOS. SISTEMÁTICA E LOGICIDADE DO REGIME ESPECIAL DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA. 1. O Código de Processo Civil, na qualidade de lei geral, é, ainda que de forma subsidiária, a norma a espelhar o processo e o procedimento no direito pátrio, sendo normativo suplementar aos demais institutos do ordenamento. O novel diploma, aliás, é categórico em afirmar que "permanecem em vigor as disposições especiais dos procedimentos regulados em outras leis, as quais se aplicará supletivamente este Código" (art. 1046, § 2º). 2. A Lei de Recuperação e Falência (Lei 11.101/2005), apesar de prever microssistema próprio, com específicos dispositivos sobre processo e procedimento, acabou explicitando, em seu art. 189, que, "no que couber", haverá incidência supletiva da lei adjetiva geral. 3. A aplicação do CPC/2015, no âmbito do microssistema recuperacional e falimentar, deve ter cunho eminentemente excepcional, incidindo tão somente de forma subsidiária e supletiva, desde que se constate evidente compatibilidade com a natureza e o espírito do procedimento especial, dando-se sempre prevalência às regras e aos princípios específicos da Lei de Recuperação e Falência e com vistas a atender o desígnio da norma-princípio disposta no art. 47. 4. A forma de contagem do prazo - de 180 dias de suspensão das ações executivas e de 60 dias para a apresentação do plano de recuperação judicial - em dias corridos é a que melhor preserva a unidade lógica da recuperação judicial: alcançar, de forma célere, econômica e efetiva,



Página -7-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

o regime de crise empresarial, seja pelo soerguimento econômico do devedor e alívio dos sacrifícios do credor, na recuperação, seja pela liquidação dos ativos e satisfação dos credores, na falência. 5. O microssistema recuperacional e falimentar foi pensado em espectro lógico e sistemático peculiar, com previsão de uma sucessão de atos, em que a celeridade e a efetividade se impõem, com prazos próprios e específicos, que, via de regra, devem ser breves, peremptórios, inadiáveis e, por conseguinte, contínuos, sob pena de vulnerar a racionalidade e a unidade do sistema. 6. A adoção da forma de contagem prevista no Novo Código de Processo Civil, em dias úteis, para o âmbito da Lei 11.101/05, com base na distinção entre prazos processuais e materiais, revelar-se-á árdua e complexa, não existindo entendimento teórico satisfatório, com critério seguro e científico para tais discriminações. Além disso, acabaria por trazer perplexidades ao regime especial, com riscos a harmonia sistêmica da LRF, notadamente quando se pensar na velocidade exigida para a prática de alguns atos e na morosidade de outros, inclusive colocando em xeque a isonomia dos seus participantes, haja vista a dualidade de tratamento. 7. Na hipótese, diante do exame sistemático dos mecanismos engendrados pela Lei de Recuperação e Falência, os prazos de 180 dias de suspensão das ações executivas em face do devedor (art. 6, § 4º) e de 60 dias para a apresentação do plano de recuperação judicial (art. 53, caput) deverão ser contados de forma contínua. 8. Recurso especial não provido." (REsp. n. 1.699.528/MG, rel. Min. Luis Felliipe Salomão, j. 10.4.2108).

No mais, prosseguindo, as ações e/ou execuções contra o devedor, deverão permanecer nos respectivos juízos onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º, da Lei 11.101/2005 e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei;

Frise-se que caberá ao devedor comunicar a suspensão aos Juízos competentes (art. 52, § 3º, da LFRE).

Do Plano de Recuperação





Página -8-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

Publicada esta decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, o devedor terá o prazo de 60 dias corridos para apresentar ao juízo seu plano de recuperação, conforme previsão do art. 53, LFRE. Caso o plano de recuperação não seja apresentado no prazo de 60 dias, a falência do devedor será decretada.

O plano de recuperação judicial deverá conter: a) discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados; b) demonstração de sua viabilidade econômica; c) laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por um profissional legalmente habilitado ou empresa especializada. (art. 53, da LFRE).

O plano de recuperação deverá abranger todas as dívidas do devedor existentes na data do pedido, ainda que não vencidas (art. 49, da LFRE), sendo que as derivadas da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidas até a data do pedido de recuperação judicial não poderão ter prazo de pagamento superior a um ano (art. 54, LFRE).

Além disso, *“o plano não poderá, ainda, prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.”* (art. 54, parágrafo único, da LFRE).

Apresentado o plano de recuperação, os credores terão o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação das objeções.

Caso não haja objeções o plano apresentado será considerado aprovado (aprovação tácita). Do contrário, o plano será submetido à assembleia que será convocada no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias.

Para ser aprovado, o plano de recuperação necessita da aprovação em cada classe por credores que representem mais da metade do valor total dos créditos presentes à assembleia e, cumulativamente, pela maioria simples dos credores presentes.

De acordo com o art. 58, § 1º, da LFRE, o juiz poderá considerar aprovado o plano de recuperação que não obteve aprovação na assembleia na forma do art. 45 da LFRE, desde que tenha obtido, cumulativamente: a) voto favorável dos credores que representem mais da metade do valor de todos os créditos presentes à assembleia, independente das classes; b) aprovação de pelo menos 02 (duas) classes





Página -9-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

de credores ou somente 01 (uma) quando haja somente 02 (duas) classes votantes; c) voto favorável de mais de 1/3 dos credores na classe que rejeitar o plano.

Os credores poderão realizar modificações ao plano apresentado pelo devedor. Neste caso, será necessário que o devedor consinta expressamente com as mudanças e que elas não prejudiquem os credores ausentes na assembleia e que não puderam votar o plano.

Quanto à fase do artigo 57, da LFRE (apresentação de Certidões Negativas de Débitos Fiscais), o entendimento da jurisprudência do STJ quanto a este dispositivo é de que somente poderá ser aplicada essa regra quando for editada lei específica regulamentando o parcelamento de crédito tributário para devedores em recuperação, pois o posicionamento da Corte Superior é de que o parcelamento do crédito tributário na recuperação judicial é um direito subjetivo do contribuinte e não uma faculdade da Fazenda Pública.

DIREITO EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXIGÊNCIA DE QUE A EMPRESA RECUPERANDA COMPROVE SUA REGULARIDADE TRIBUTÁRIA. ART. 57 DA LEI N. 11.101/2005 (LRF) E ART. 191-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN). INOPERÂNCIA DOS MENCIONADOS DISPOSITIVOS. INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA A DISCIPLINAR O PARCELAMENTO DA DÍVIDA FISCAL E PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. O art. 47 serve como um norte a guiar a operacionalidade da recuperação judicial, sempre com vistas ao desígnio do instituto, que é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica". 2. O art. 57 da Lei n. 11.101/2005 e o art. 191-A do CTN devem ser interpretados à luz das novas diretrizes traçadas pelo legislador para as dívidas tributárias, com vistas, notadamente, à previsão legal de parcelamento do crédito tributário em benefício da empresa em recuperação, que é causa de suspensão da exigibilidade do tributo, nos termos do art. 151, inciso VI, do CTN. 3. O parcelamento tributário é direito da empresa em recuperação judicial que





Página -10-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

conduz a situação de regularidade fiscal, de modo que eventual descumprimento do que dispõe o art. 57 da LRF só pode ser atribuído, ao menos imediatamente e por ora, à ausência de legislação específica que discipline o parcelamento em sede de recuperação judicial, não constituindo ônus do contribuinte, enquanto se fizer inerte o legislador, a apresentação de certidões de regularidade fiscal para que lhe seja concedida a recuperação. 4. Recurso especial não provido. (STJ - REsp 1187404. Órgão Julgador: CE - CORTE ESPECIAL. Julgamento: 19/06/2013. DJE: 21/08/2013. Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO)

Das Tutelas de Urgência

Conforme dispõe o artigo 294, do NCPD, a tutela provisória fundamenta-se em urgência ou evidência.

De acordo com o artigo 300, do novo Diploma Processual “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.

Da redação do aludido dispositivo se extrai os requisitos necessários para antecipação provisória dos efeitos da tutela definitiva fundamentada na urgência, quais sejam: (a) a probabilidade do direito (*fumus boni iuris*) e o (b) perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (*periculum in mora*).

Dito isso, passo à análise de cada um dos pedidos de tutela de urgência formulados pela requerente na petição inicial.

a) Do Fornecimento dos Serviços Essenciais

A empresa requerente postula a concessão de tutela de urgência visando garantir a continuidade dos serviços públicos de água e energia elétrica.

Parcial razão assiste à requerente.





Página -11-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

Tratando-se o fornecimento de água e energia elétrica de serviços essenciais, os quais são prestados mediante concessão do poder público, a hipótese se amolda ao preceito previsto no artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor, sendo a concessionária obrigada a prestar os referidos serviços de forma adequada, eficiente, segura e, quanto aos essenciais, contínuos.

A interrupção dos serviços essenciais, como é o caso dos serviços de água e energia elétrica, é admitida quando ocorrer o inadimplemento por parte do consumidor e desde que haja pré-aviso, nos termos do § 3º, do artigo 6º, da Lei nº 8.987/95.

“Art. 6º (...)

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

(...)

II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.”

A *ratio* deste dispositivo é sem dúvida garantir a eficiência e, sobretudo, a continuidade do serviço público, pois a não interrupção da prestação dos serviços daqueles que estejam em débito com a concessionária, poderá causar um desfalque no sistema e, conseqüentemente, afetar a qualidade dos serviços, prejudicando toda a coletividade usuária.

Contudo, segundo o entendimento consolidado na jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça, a interrupção do fornecimento dos serviços essenciais de água e energia elétrica somente poderá ocorrer quando se tratar de débito atual, ou seja, estão proibidos os cortes de água e energia elétrica por débitos pretéritos e consolidados, os quais devem ser reivindicados pelas vias ordinárias de cobrança.

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ENERGIA ELÉTRICA. COBRANÇA DE DÉBITOS PRETÉRITOS. INTERRUPÇÃO. ILEGALIDADE. PRECEDENTES STJ. RELAÇÃO CONSUMERISTA. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. O Superior Tribunal de Justiça



Página -12-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

consagra entendimento no sentido da ilicitude da interrupção, pela concessionária, dos serviços de fornecimento de energia elétrica por dívida pretérita, a título de recuperação de consumo, em face da existência de outros meios legítimos de cobrança de débitos antigos não pagos. Precedentes STJ. 2. "A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a relação entre concessionária de serviço público e o usuário final, para o fornecimento de serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, é consumerista, sendo cabível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor" (AgRg no AREsp 468.064/RS, Primeira Turma, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 7/4/2014). 3. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1351546 MG 2012/0228963-9, Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Data de Julgamento: 22/04/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/05/2014)

O fato de se tratar de uma recuperação judicial não altera o panorama da questão, devendo ser aplicada a mesma sistemática:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. LIMINAR. GARANTIA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. MANUTENÇÃO. I. A recuperação judicial tem o intuito de propiciar ao devedor a superação das dificuldades econômico-financeiras, visando à preservação da empresa e evitando os negativos reflexos sociais e econômicos que o encerramento das atividades empresariais poderia causar. Princípio da preservação da empresa. Inteligência do art. 47, da Lei nº 11.101 /2005. II. Portanto, descabe a discussão sobre a qualidade do crédito em discussão em sede de ação cautelar, o que deverá ocorrer através dos meios próprios previstos na lei que regula a recuperação judicial e a falência e no Código de Processo Civil. III. Deve ser garantido o fornecimento de energia elétrica, por se tratar de serviço essencial, de modo a viabilizar a manutenção da empresa recuperanda e fazer cumprir os objetivos da Lei nº 11.101 /2005. NEGADO SEGUIMENTO AO AGRAVO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravo de Instrumento Nº 70064645237, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge André Pereira Gailhard, Julgado em 08/05/2015).



Página -13-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

Assim, não se pode admitir a suspensão do fornecimento de serviços essenciais como água e energia elétrica decorrentes de débitos vencidos antes do requerimento da recuperação judicial, sob pena de inviabilizar a tentativa de superação da crise econômico-financeira da recuperanda.

Quanto aos débitos vincendos após o deferimento do processamento da recuperação judicial, exigem estes o respectivo pagamento, sendo o crédito decorrente destes serviços considerado extraconcursal, haja vista terem sido essenciais para a superação da crise econômico-financeira da empresa.

Neste sentido:

"(...) A continuidade do serviço, sem o efetivo pagamento, quebra o princípio da igualdade das partes e ocasiona o enriquecimento sem causa, repudiado pelo Direito (arts. 42 e 71 do CDC, em interpretação conjunta).(...)" (STJ, 2ªT, REsp 705.203/SP, Min. Eliana Calmon, 11.10.2005).

DIREITO EMPRESARIAL. CRÉDITOS EXTRACONCURSAIS E DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.
São extraconcursais os créditos originários de negócios jurídicos realizados após a data em que foi deferido o pedido de processamento de recuperação judicial. Inicialmente, impõe-se assentar como premissa que o ato deflagrador da propagação dos principais efeitos da recuperação judicial é a decisão que defere o pedido de seu processamento. Importa ressaltar, ainda, que o ato que defere o pedido de processamento da recuperação é responsável por conferir publicidade à situação de crise econômico-financeira da sociedade, a qual, sob a perspectiva de fornecedores e de clientes, potencializa o risco de se manter relações jurídicas com a pessoa em recuperação. Esse incremento de risco associa-se aos negócios a serem realizados com o devedor em crise, fragilizando a atividade produtiva em razão da elevação dos custos e do afastamento de fornecedores, ocasionando, assim, perda de competitividade. Por vislumbrar a formação desse quadro e com o escopo de assegurar mecanismos de proteção àqueles que negociarem com a sociedade em crise





Página -14-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

durante o período de recuperação judicial, o art. 67 da Lei 11.101/2005 estatuiu que “os créditos decorrentes de obrigações contraídas pelo devedor durante a recuperação judicial [...] serão considerados extraconcursais [...] em caso de decretação de falência”. Em semelhante perspectiva, o art. 84, V, do mesmo diploma legal dispõe que “serão considerados créditos extraconcursais [...] os relativos a [...] obrigações resultantes de atos jurídicos válidos praticados durante a recuperação judicial”. Desse modo, afigura-se razoável concluir que conferir precedência na ordem de pagamentos na hipótese de quebra do devedor foi a maneira encontrada pelo legislador para compensar aqueles que participem ativamente do processo de soerguimento da empresa. Não se pode perder de vista que viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira da sociedade devedora – objetivo do instituto da recuperação judicial – é pré-condição necessária para promoção do princípio maior da Lei 11.101/2005 consagrado em seu art. 47: o de preservação da empresa e de sua função social. Nessa medida, a interpretação sistemática das normas insertas na Lei 11.101/2005 (arts. 52, 47, 67 e 84) autorizam a conclusão de que a sociedade empresária deve ser considerada “em recuperação judicial” a partir do momento em que obtém o deferimento do pedido de seu processamento. (STJ – REsp 1.398.092-SC, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 6/5/2014) (Informativo nº 543).

Mediante o exposto, **defiro parcialmente a tutela de urgência** requerida para determinar a proibição de suspensão dos serviços essenciais de água e energia elétrica decorrentes de débitos vencidos anteriormente ao deferimento do processamento da recuperação judicial, **sob pena de multa diária de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, nos termos do artigo 537, do Código de Processo Civil.
OFICIE-SE.

b) Dos Contratos Bancários – “Travas Bancárias”





Página -15-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

Postula a parte requerente na petição inicial a concessão de tutela de urgência para que as instituições financeiras credoras se abstenham de proceder qualquer ato de retenção ou bloqueio de valores em suas contas bancárias.

Pois bem.

O § 3º, art. 49, da LFRE, estabelece que *"tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o §4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial"*.

De acordo com a redação do aludido dispositivo da Lei 11.101/2005, os credores fiduciários não estão sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, mantendo-se normalmente a execução dos contratos pactuados com as instituições financeiras.

Neste sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

DIREITO EMPRESARIAL. NÃO SUBMISSÃO DE CRÉDITO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA AOS EFEITOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Não se submetem aos efeitos da recuperação judicial os créditos garantidos por alienação fiduciária de bem não essencial à atividade empresarial. O art. 49, caput, da Lei 11.101/2005 estabelece que estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. Por sua vez, o § 3º do mesmo artigo prevê hipóteses em que os créditos não se submeterão aos efeitos da recuperação judicial, entre eles, os créditos garantidos por alienação fiduciária. A jurisprudência do STJ, no entanto, tendo por base a limitação prevista na parte final do § 3º do art. 49 – que impede a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais à sua atividade empresarial – e inspirada no princípio da preservação da empresa, tem estabelecido hipóteses em que se abre exceção





Página -16-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

à regra da não submissão do crédito garantido por alienação fiduciária ao procedimento da recuperação judicial. De acordo com a linha seguida pelo STJ, a exceção somente é aplicada a casos que revelam peculiaridades que recomendem tratamento diferenciado visando à preservação da atividade empresarial, como, por exemplo, no caso em que o bem dado em alienação fiduciária componha o estoque da sociedade, ou no caso de o bem alienado ser o imóvel no qual se situa a sede da empresa. Em suma, justifica-se a exceção quando se verificar, pelos elementos constantes dos autos, que a retirada dos bens prejudique de alguma forma a atividade produtiva da sociedade. Caso contrário, isto é, inexistente qualquer peculiaridade que justifique excepcionar a regra legal do art. 49, § 3º, deve prevalecer a regra de não submissão, excluindo-se dos efeitos da recuperação judicial os créditos de titularidade da interessada que possuem garantia de alienação fiduciária. (STJ – CC 131.656-PE, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 8/10/2014) (Informativo nº 550).

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO GARANTIDA POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS. NATUREZA JURÍDICA. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. NÃO SUJEIÇÃO AO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL."TRAVA BANCÁRIA". 1. A alienação fiduciária de coisa fungível e a cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis, bem como de títulos de crédito, possuem a natureza jurídica de propriedade fiduciária, não se sujeitando aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005. 2. Recurso especial não provido (REsp 1.202.918/SP, 3ª Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Boas Cueva, j. 07/03/2013, DJE 10/04/2013).

Por outro lado, embora os créditos decorrentes de contratos de cessão fiduciária não sejam atingidos pelos efeitos da recuperação, não há dúvidas de que a garantia de livre movimentação financeira da empresa é essencial para a realização de seus negócios.





Página -17-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

Dessa forma, compatibilizando o disposto no § 3º, art. 49, da LFRE com a necessidade da empresa em recuperação na movimentação de suas contas bancárias para a realização de seus negócios essenciais, deve ser concedida a tutela de urgência para garantir a livre movimentação de suas contas correntes, ressalvados os créditos objeto de cessão fiduciária.

Por oportuno:

RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO. PROVIDÊNCIAS DE NATUREZA CAUTELAR FORMULADAS NA INICIAL INDEFERIDAS. INSURGÊNCIA DAS AUTORAS, AO ARGUMENTO DE QUE AS MEDIDAS SE FAZEM NECESSÁRIAS À VIABILIZAÇÃO DA PRETENSÃO DEDUZIDA. LIBERAÇÃO DAS CHAMADAS TRAVAS BANCÁRIAS E ABSTENÇÃO DE BLOQUEIOS DE VALORES EM CONTAS-CORRENTES. CONTRATOS GARANTIDOS POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DOS RECEBÍVEIS (DUPLICATAS). PREVISÃO LEGAL AFASTANDO A POSSIBILIDADE DE CREDORES FIDUCIÁRIOS SUBMETEREM-SE AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. INTELIGÊNCIA DO § 3º DO ART. 49 DA LEI 11.101 /2005. DECISÃO AGRAVADA QUE DETERMINA A LIBERAÇÃO E LIVRE MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS, COM A RESSALVA DOS CRÉDITOS OBJETO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA. RATIFICAÇÃO. SUSPENSÃO DOS EFEITOS DOS PROTESTOS E EXCLUSÃO DE REGISTROS EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. MEDIDAS QUE RESTRINGEM, POR ANTECIPAÇÃO, DE MODO GENÉRICO E PRECIPITADO, DIREITOS DE CREDORES E EVENTUAIS TERCEIROS INTERESSADOS. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJPR –1114526-1 (Acórdão). Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Publicação: DJ: 1298 16/03/2014. Relator: Luiz Cezar Nicolau)

O mesmo entendimento deve ser aplicado aos contratos de cessão de recebíveis de cartão de crédito:





Página -18-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO FIDUCIÁRIA SOBRE DIREITOS CREDITÓRIOS. RECEBÍVEIS DE CARTÃO DE CRÉDITO. FUNDAMENTAÇÃO. SUFICIENTE. SUBMISSÃO DO CRÉDITO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. (TJPR, AI 472.495-2, Des. Vicente Del Prete Misurelli, 15.07.2008).

Desse modo, **defiro parcialmente a tutela de urgência**, para garantir a livre movimentação das contas correntes da empresa requerente, ressalvados os créditos objeto de cessão fiduciária – inclusive os recebíveis de cartão de crédito e de duplicatas –, os quais devem seguir o previsto nos contratos firmados, **sob pena de multa por ato de descumprimento de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, nos termos do artigo 537, do Código de Processo Civil. **OFICIE-SE** (Agência de Fomento do Paraná S.A, Banco Bradesco S.A, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Banco Santander S.A, Caixa Econômica Federal e Banco Sicoob Metropolitano).

c) Da Suspensão dos Protestos

Postula a empresa requerente a suspensão dos protestos dos créditos abrangidos pela recuperação judicial.

Sem razão a requerente.

O mero deferimento do processamento da recuperação não tem o condão de suspender os protestos de títulos, em razão do inadimplemento das obrigações assumidas.

Isso porque, as baixas dos protestos somente poderão ocorrer após a novação dos créditos objeto de recuperação, a qual, segundo o artigo 59, da LFRE, somente ocorre com a aprovação do plano de recuperação.

Neste sentido é o teor do Enunciado 54 da Jornada de Direito Comercial da CJF:





Página -19-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

"O deferimento do processamento da recuperação judicial não enseja o cancelamento da negativação do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito e nos tabelionatos de protestos."

O mesmo posicionamento é aplicado pela jurisprudência:

RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DOS EFEITOS DOS PROTESTOS E DAS ANOTAÇÕES EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE. MERO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL QUE NÃO TEM O CONDÃO DE NOVAR AS DÍVIDAS DA RECUPERANDA. NOVAÇÃO QUE SE OPERA SOMENTE DEPOIS DE HOMOLOGADO O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA (ART. 59 DA LEI Nº 11.101/2005). PRECEDENTES DO STJ. SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES OPERADA COM O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL QUE NÃO SE ESTENDE AOS PROTESTOS E ANOTAÇÕES RESTRITIVAS DE CRÉDITO. PROCESSAMENTO QUE DISPENSA A EMPRESA DA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES (ART. 52, II, DA LEI Nº 11.101/2005), O QUE OBSTA O ALEGADO PREJUÍZO SUPOSTO PELA EXISTÊNCIA DOS PROTESTOS E DAS ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. DECISÃO REFORMADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO (TJPR - 17ª C.Cível - AI - 1421795-3 - Rebouças - Rel.: Fernando Paulino da Silva Wolff Filho - Unânime - - J. 08.06.2016)

RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO. DÍVIDAS COMPREENDIDAS NO PLANO. NOVAÇÃO. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. PROTESTOS. BAIXA, SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PREVISTAS NO PLANO DE RECUPERAÇÃO. 1. Diferentemente do regime existente sob a vigência do DL nº 7.661/45, cujo art. 148 previa expressamente que a concordata não produzia novação, a primeira parte do art. 59 da Lei nº 11.101/05 estabelece que o plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido. 2. A novação induz





Página -20-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

a extinção da relação jurídica anterior, substituída por uma nova, não sendo mais possível falar em inadimplência do devedor com base na dívida extinta. 3. Todavia, a novação operada pelo plano de recuperação fica sujeita a uma condição resolutiva, na medida em que o art. 61 da Lei nº 11.101/05 dispõe que o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano acarretará a convalidação da recuperação em falência, com o que os credores terão reconstituídos seus direitos e garantias nas condições originalmente contratadas, deduzidos os valores eventualmente pagos e ressalvados os atos validamente praticados no âmbito da recuperação judicial. 4. Diante disso, uma vez homologado o plano de recuperação judicial, os órgãos competentes devem ser oficiados a providenciar a baixa dos protestos e a retirada, dos cadastros de inadimplentes, do nome da recuperanda e dos seus sócios, por débitos sujeitos ao referido plano, com a ressalva expressa de que essa providência será adotada sob a condição resolutiva de a devedora cumprir todas as obrigações previstas no acordo de recuperação. 5. Recurso especial provido. (STJ, REsp 1260301/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 21/08/2012).

Isto posto, **indeferido**, neste momento, o pedido urgente consistente no sobrestamento dos protestos.

d) Da Permanência dos Veículos e Maquinários em Geral sob a posse da Recuperanda, durante toda a vigência do plano de recuperação judicial

A manutenção dos bens descritos no art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/05 na posse do devedor busca garantir a manutenção da atividade econômica, em que pese estarem excluídos da recuperação judicial.

De nada adiantaria o legislador criar uma legislação para tentar solucionar a crise financeira pela qual passa a sociedade empresária sem que criasse mecanismos para que a empresa pudesse continuar suas atividades.



Página -21-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

Verifica-se que a empresa recuperanda apresenta como ramo de atividade a indústria e comércio varejista e atacadista de ferragens para construção, dobra, solda e corte de ferragens para construção, consoante se observa de seus documentos sociais. Assim, tem-se que os maquinários e veículos descritos na inicial (mov. 1.1, p. 22/23) são essenciais para o desenvolvimento da atividade da empresa, uma vez que são utilizados para tal fim.

Destarte, embora se reconheça a essencialidade dos referidos bens, com fundamento no art. 49, §3º, da Lei nº 11.101/05, mister considerar que a proteção à empresa em recuperação judicial contida no art. 6º, da Lei nº 11.101/05 não pode perdurar *ad aeternum*, sob pena de, em prejuízo da recuperação judicial, perecer o direito do credor sobre o objeto que fora financiado com garantia fiduciária.

Aliás, sobre a questão já se pronunciou especificamente o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ao decidir o Agravo de Instrumento nº 1673425-3, mantida em Agravo Interno nº 1673425-3/01, recurso este oriundo de recuperação judicial que tramita nesta 2ª Vara Judicial, tendo limitado ao prazo de 180 dias (*stay period*) a proibição de atos de retomada da posse de bens reputados essenciais.

“EMENTA - AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ANULATÓRIA.RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONCESSÃO PARCIAL DE EFEITO ATIVO. SUSPENSÃO PELO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS. LIMITAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA.1. Deve ser mantida pelo Colegiado, em sede de agravo interno, a decisão monocrática do relator concedendo parcialmente efeito ativo ao recurso de agravo de instrumento interposto, por considerar, de uma análise preliminar do feito, eternizada a decisão que deferiu a suspensão até que sobreviesse decisão final nos autos ou eventual desconstituição da tutela deferida, podendo, no entanto, ser revista tal limitação em caso de eventual ausência de aprovação do plano de recuperação judicial, sem culpa da recuperanda, conforme entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça.2. Agravo Interno à que se nega provimento.” (TJPR - 17ª C.Cível - AI - 1673425-3/01 - Cianorte - Rel.: Francisco Jorge - Unânime - J. 02.08.2017)



Página -22-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

Assim, **defiro em parte** o pedido, para o fim de reconhecer a essencialidade dos bens supra referidos, e **garantir a manutenção da posse dos mesmos durante o prazo de suspensão a que se refere o §4º, do art. 6º, da LFRE**, não permitindo, assim, a venda ou retirada deste do estabelecimento da recuperanda. **OFICIE-SE** às instituições financeiras que possuam contratos com a recuperanda garantidos por alienação fiduciária.

Determinações Finais

Neste contexto, determino:

1) a nomeação como Administradora Judicial **M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA ADMINISTRADORA JUDICIAL (CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 / OAB/PR Nº 6.195)**, representada legalmente por MARCIO ROBERTO MARQUES (OAB/PR Nº 65.066), profissional este responsável pela condução do processo, sob compromisso, que deverá cumprir o encargo assumido, sob pena de responsabilidade civil e penal, na forma do artigo 52, inciso I, da LFRE.

Assim, nos termos do art. 33, da LFRE, intime-se a pessoa jurídica nomeada, na pessoa de seu representante legal e profissional responsável pela condução dos trabalhos, no prazo de 48 horas, para manifestar-se sobre a aceitação do encargo e, em sendo aceito, para assinar termo de compromisso.

2) Passo, desde já, a fixar a remuneração do administrador judicial.

Com efeito, nos termos do art. 47, da Lei Nº 11.101/05, *"a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica"*.

Para tanto, o juízo deve nomear um administrador judicial, que lhe auxiliará na condução e na fiscalização do processo de recuperação, com atribuições de cunho administrativo, expressamente, enumeradas no artigo 22, da Lei nº 11.101/05.

O Administrador Judicial exerce, portanto, papel de extrema relevância para o pretendido desfecho do processo de recuperação da empresa, e deve ser



Página -23-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

remunerado de acordo com a atividade profissional que desenvolve, convindo anotar que o art. 24, da Lei nº 11.101/2005, aponta determinados critérios para o arbitramento, fixando, também, um limite máximo à referida remuneração.

De acordo com o aludido art. 24, da Lei nº 11.101/2005, ao fixar o valor da remuneração do administrador judicial, o juiz deverá ter como parâmetros a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes, sendo que, em nenhuma hipótese, o montante total arbitrado ao administrador pode ultrapassar 5% do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial.

Quanto à forma de pagamento, a lei de regência impõe que 60% do valor total devido seja pago antecipadamente, reservando-se o montante de 40% para quitação após a prestação de contas por parte do administrador (art. 24, § 2º, da LFRE).

Em análise da relação dos débitos, verifica-se que o total devido aos credores pela recuperanda é de R\$ 5.608.908,41 (cinco milhões, seiscentos e oito mil, novecentos e oito reais e quarenta e um centavos), existindo débitos de diversas espécies e origens, contudo, uma pequena quantidade de credores, o que indica um grau mediano de complexidade da causa.

Com efeito, em pesquisas realizadas por esta magistrada em casos semelhantes (autos nº 7530-57.2015.8.16.0083, 5905-72.2014.8.16.0131, 5-14.2012.8.16.0185), verificou-se que os valores dos honorários do administrador são geralmente fixados entre 1% até 3% do montante total do crédito.

Assim, levando-se em consideração o valor total devido pela recuperanda, bem como demais informações constantes nos autos, que dão conta da dimensão da complexidade do trabalho a ser efetuado pelo Administrador Judicial, aliado à capacidade de pagamento da autora e os valores que geralmente são fixados em situações semelhantes, entendo razoável e proporcional que a remuneração do administrador seja fixada no patamar de **1,5%** dos valores devidos aos credores.

Isto posto, **fixo os honorários do administrador em 1,5% do valor total dos débitos devidos, o que importa na cifra de R\$ 84.133,62 (oitenta e quatro mil, cento e trinta e três reais e sessenta e dois centavos)**, sem prejuízo de posterior majoração caso as atribuições do senhor Administrador se acentuem no transcorrer da





Página -24-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

demanda, apresentando, por conseguinte, maior complexidade do que a que se vislumbra até então.

Nesse ponto, importante considerar que o Administrador Judicial deve ser remunerado na proporção do trabalho desempenhado. Sendo possível que, demonstrando que o acúmulo de funções tornou desequilibrado o valor fixado, a questão pode ser reapreciada em momento oportuno: *“Nada impede que o Administrador, oportunamente, por ocasião da efetiva liquidação, apresente pedido fundamentado de majoração da remuneração, com provas que esclareçam razões que levariam à modificação da verba. Por ora, como dito, há indicativos de que o percentual antes fixado, relacionado apenas à realização ordinária dos ativos, é suficiente a remunerar adequadamente o trabalho do Administrador.”* (TJSP - AI nº 2203976-75.2015.8.26.0000 - rel. Des. Carlos Alberto Garbi - j. em 17.2.2016).

Isto posto, em sendo aceito o encargo pela pessoa jurídica nomeada, no prazo de 10 (dez) dias, apresente proposta de pagamento escalonado, observando-se o valor aqui fixado e o teto legal de 60%.

Oportunamente, tornem conclusos para apreciação e, em sendo o caso, determinação de início do pagamento pela recuperanda através de conta judicial vinculada aos autos.

3) a expedição de edital, para publicação no órgão oficial, que conterá: a) o resumo do pedido do devedor e da presente decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial; b) a relação nominal de credores, discriminando-se o valor atualizado e a classificação de cada crédito; c) a advertência acerca dos prazos para habilitação dos créditos, na forma do art. 7º, § 1º, desta Lei, e para que os credores apresentem objeção ao plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor nos termos do art. 55 desta Lei (art. 52, § 1º, da LFRE);

4) a apresentação pelo devedor de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores (art. 52, IV, da LFRE);

5) intimação do Ministério Público e a comunicação por carta às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento (art. 52, V, da LFRE);



Página -25-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte – 2ª Vara Judicial
Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada

6) a expedição de ofício às instituições financeiras nas quais a recuperanda possui conta corrente e contratos garantidos por alienação fiduciária, comunicando o teor desta decisão;

7) após a aprovação do plano, oficie-se ao SERASA e ao Tabelionato de Títulos e Documentos para que realizem as baixas devidas.

Ato contínuo, havendo ou não objeções ao plano de recuperação, voltem os autos conclusos.

Intime-se. Diligências necessárias.

Cianorte, 05 de dezembro de 2018.

Sâmya Yabusame Terruel Zarpellon

Juíza de Direito

